

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Liberal Class.: 191

Data: 28/01/87 Pg.: _____

Funai esclarece caso ocorrido na reserva Mãe Maria com Gavião

A Superintendência Regional da Fundação Nacional do Índio (Funai) desmentiu, ontem, as notícias sobre o rompimento do acordo firmado entre os índios Gavião e os 136 posseiros que ocupam uma parte da reserva "Mãe Maria", a 30 quilômetros de Marabá, com a eclosão de um novo conflito entre índios e posseiros. Segundo informou o superintendente regional do órgão, Salomão Santos, não houve qualquer ameaça contra os posseiros instalados na área. "Os índios estão aguardando o trâmite normal do reassentamento", garantiu. O conflito aconteceu, na versão da Funai, com o fazendeiro que mantém um pasto dentro da reserva, Anastácio Queiroz.

Nos próximos dias, anunciou Salomão Santos, Funai, Getat (Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins), índios Gavião e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marabá realizarão uma visita conjunta à área, para conferir os nomes dos posseiros. Essa visita, explicou, terá o objetivo de coibir novas invasões e organizar o reassentamento nas áreas desapropriadas pelo Incra. Ontem, pela manhã, a Superintendência Regional da Funai não possuía qualquer informação diretamente do fazendeiro, tendo somente o relato do administrador da Funai em Marabá.

Um aviso de retirada

De acordo com o administrador regional da Funai em Marabá, José Ferreira, não houve qualquer conflito entre os índios e os posseiros. O que aconteceu, segundo ele, foi que os índios resolveram dar um aviso ao fazendeiro Anastácio Queiroz, que mantém um pasto de 75 alqueires dentro da reserva. Ferreira afirma que o pasto está em péssimo estado, e que Queiroz só o mantém visando a obtenção, no futuro, de alguma indenização pelo Governo Federal. Em agosto do ano passado, os índios deram um prazo de dois meses para o fazendeiro retirar seus bois da área, o que até agora não aconteceu. Os índios foram, então, até o pasto e, depois de lembrarem o aviso, mataram duas reses e as levaram.

Foram os próprios índios que procuraram o administrador para comunicar o fato. Logo depois, também o gerente da fazenda o procurou, para queixar-se, recebendo, porém, uma resposta desoladora: os bois deveriam ser retirados o mais rápido possível. Ferreira admite que não tem condições de manter sob controle os aproximadamente 200 índios que habitam a área e diz que eles podem tornar a matar os bois.

José Ferreira assegurou que não há nenhum conflito com os posseiros, "senão eu não estaria aqui em Belém". Ele veio a capital para a reunião entre os administradores e a Superintendência, que irá definir a distribuição orçamentária deste ano.

Posseiros vão sair

A reserva "Mãe Maria" está regularizada desde 1943, mas sempre foi ocupada por posseiros. Em 1980, o Getat assentou, irregularmente, nas terras dos índios, 38 posseiros. Mas a proximidade da reserva com o povoado de Morada Nova facilita as ocupações e elas chegaram a 136, no ano passado. No início deste ano, houve um acordo entre a Funai e o Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário (Mirad) para a retirada dos posseiros da área, mediante reassentamento em terras desapropriadas, com fins de reforma agrária. O ministro Dante de Oliveira considerou prioritário, para o Estado, o assentamento destes posseiros. Uma das áreas desapropriadas pelo presidente Sarney, o castanhal Arara, vai servir para reassentar alguns dos ocupantes. Resta definir outra área, para completar a retirada dos posseiros da reserva.

Dos 62 mil hectares que compõem a reserva "Mãe Maria", 4 mil foram cedidos, por aforamento, pelo Estado, a Anastácio Queiroz. A área está em litígio na Justiça, mas o administrador da Funai de Marabá afirma que, pelo artigo 198 da Constituição Federal, todo e qualquer documento referente a área indígena legalizada, perde seu valor com a demarcação de reserva.

O administrador regional de Marabá, engenheiro-agrônomo José Ferreira, que está naquela área desde 81, afirma que existe interesse nesse tipo de noticiário, para manter acesa a publicidade em torno da necessidade de uma reforma agrária. Segundo ele, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marabá e a Comissão Pastoral de Terra incentivaram a ocupação da área, pensando que ela pertencesse a latifundiários. O motivo, diz ele, é político: chamar a atenção para os problemas de terra na região do "Bico do Papagaio".

Máquina de assentamento

Ferreira, que já foi acusado de estupro, tortura e baleamento, afirma que tem sido pressionado, de todas as maneiras, por sua atuação na área de "Mãe Maria". Desde que passou a tomar conta da área de Marabá, ele tem impedido, com o auxílio da polícia, a repetição de invasões à reserva. Ferreira defende a utilização integral do artigo 198 da Constituição, embora observe que as pessoas não gostam muito de lembrar os direitos do índio.

O administrador de Marabá entende que, se a Constituinte aprovar a idéia de garantir, no texto da lei, o assentamento a todos aqueles que ocuparem terras indígenas, estará fabricando uma máquina de invasões e assentamentos. Posseiros e índios, afirma ele, têm sido o instrumento das entidades que promovem as invasões, para divulgar a necessidade de uma reforma agrária radical.